



Moçambique

Director: MENDES JOSÉ MUTENDA • Nº 563 • Quarta-feira, 01 de Outubro de 2025 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



FADM INSTADOS A REFORÇAR VALORES CENTRAIS DA CORPORAÇÃO

- Chapo diz que o 61º aniversário das FADM robustece os valores da corporação
- As forças foram orientadas a trabalharem para superar os desafios existentes

REFORÇADO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL



Até ao momento já foram disponibilizados 824,6 milhões de meticais para distritos e municípios

O Conselho de Ministros apreciou o ponto de situação do Fundo de Desenvolvimento Económico Local (Fidel), criado em março de 2025 para apoiar a produção, reduzir o desemprego juvenil e facilitar o financiamento de pequenos empreendedores.

Até ao momento já foram disponibilizados 824,6 milhões de meticais para distritos e municípios. Foram capacitados 100 formadores ao nível provincial, dos quais 44 mulheres e 56 homens, e também criadas comissões locais para a recepção, avaliação e seleção de projectos.

O anúncio foi feito pelo

porta-voz do Executivo, Inocêncio Impissa, no balanço da 33ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, realizada esta terça-feira, em Maputo.

O Governo apelou às comissões para que atuem com profissionalismo, transparência e baseadas no mérito dos projetos submetidos. "O fundo só será credível e sustentável se apoiar iniciativas viáveis com impacto na vida dos mutuários e no desenvolvimento económico local", frisou o porta-voz.

Entre as prioridades destacadas estão a capacitação contínua dos beneficiários em gestão de negócios, o estímulo

ao agroprocessamento e a promoção de cadeias de valor ajustadas às potencialidades de cada território.

Na mesma sessão, o Conselho de Ministros anunciou a desativação de cerca de 18.800 funcionários-fantasma na Função Pública, no âmbito da implementação do sistema de prova de vida biométrica. De acordo com o porta-voz, a medida resulta de um trabalho aprofundado do Ministério da Administração Estatal e Função Pública, em coordenação com outras instituições que permitiu identificar registos sem correspondência com trabalhadores efectivos.

"Trata-se de um exercício

que reforça o controlo da efectividade dos funcionários, garantindo que o Estado só paga salários a quem realmente está em funções. Este processo liberta recursos que podem ser aplicados em áreas prioritárias e permite maior rigor na gestão da massa salarial", afirmou Impissa.

O sistema biométrico que começou a ser usado após a pandemia da Covid-19, veio substituir o modelo presencial e trouxe maior segurança no registo. O Governo acredita que com a sua consolidação será possível não só eliminar irregularidades, mas também reforçar a confiança na administração pública.

EXECUTIVO SUSPENDE TODAS AS LICENÇAS MINEIRAS EM MANICA



A suspensão abrange operadores licenciados e não licenciados

O Conselho de Ministros decidiu suspender imediatamente todas as licenças de mineração na província de Manica, após constatar níveis críticos de degradação ambiental, riscos para a saúde pública e ameaças à segurança nacional resultantes da exploração descontrolada de ouro.

Segundo explicou o porta-voz, a suspensão abrange operadores licenciados e não licenciados visando estancar a destruição ambiental e proteger as populações locais. "Estamos perante crimes ambientais graves", concluiu.

"A decisão surge na sequência de uma missão do Comando Operativo das Forças de Defesa e Segurança, realizada entre 17 e 19 de julho de 2025, que revelou graves impactos provocados pelas actividades mineiras, sobretudo, no distrito de Manica. Os rios Revuê, Nhauacaca, Zonué, Messica, Chimedza e Mudza apresentam águas poluídas e impróprias para consumo, colocando em risco milhares de famílias, centros de saúde, escolas e serviços municipais", detalhou.

O relatório aponta também

para a destruição de ecossistemas aquáticos, perda de produtividade agrícola, dificuldades de irrigação e redução da pesca, factores que agravam a pobreza local. A missão constatou que inclusive empresas licenciadas operam sem planos de recuperação ambiental e em violação da legislação laboral.

O porta-voz do governo apontou, igualmente, que para além dos danos ambientais e sociais, foram identificados grupos estrangeiros envolvidos no garimpo ilegal, alimentando redes paralelas de co-

mércio de ouro e potenciando focos de insegurança.

Impissa garantiu que as empresas envolvidas nas irregularidades serão responsabilizadas e chamadas a participar na reposição das condições ambientais.

O governante enfatizou que a decisão não tem prazo fixo e que a mineração só será permitida quando forem criadas condições que protejam a vida e a segurança das comunidades locais.

"É preciso garantir que as actividades mineiras não ponham em risco a sobrevivência das populações e que a exploração dos recursos se faça de forma responsável", acrescentou.

Para travar a situação o Governo criou uma comissão interministerial liderada pelo Ministro da Defesa Nacional que integram os ministérios dos Recursos Minerais e Energia; Interior; Negócios Estrangeiros e Cooperação; Finanças; Economia; Agricultura; Ambiente e Pescas; Saúde; Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos; Trabalho, Género e Segurança Social com a missão de rever o regime de licenciamento, reforçar a fiscalização, recuperar as áreas degradadas com participação dos prevaricadores e restabelecer a ordem e tranquilidade públicas.

GOVERNO EXTINGUE BIP E COMPETÊNCIAS PASSAM PARA GABINFO

O Governo de Moçambique decidiu extinguir o Bureau de Informação Pública (BIP), no quadro das medidas de aceleração económica e de racionalização do aparelho do Estado.

Segundo explicou Impissa, todas as competências, recursos humanos, materiais e financeiros do BIP passam a ser transferidos para o Gabinete de Informação, órgão que já coordena a política de comunicação governamental.

"A decisão visa responder aos ditames de racionalização de estruturas redundantes, otimizar os recursos e garantir maior eficácia institucional na prestação de serviços

públicos", disse o porta-voz.

O decreto que extingue o BIP revoga o diploma que o criou em 1988 e faz parte de um conjunto de reformas que procuram reduzir custos e tornar a máquina administrativa mais eficiente.

Acrescentando, o porta-voz afirmou que a medida se enquadra no esforço de compressão de despesas do Estado, sem comprometer a qualidade da comunicação governamental, antes reforçando-a.

"O objetivo é termos instituições mais enxutas, mas também mais eficazes e com capacidade de responder às exigências actuais da governação", destacou.

Daniel Chapo no dia das Forças Armadas

FADM DEVEM REFORÇAR VALORES CENTRAIS DA CORPORAÇÃO

**Chapo felicita FADM pela passagem dos 61 anos de existência**

O Presidente da República, Daniel Chapo, dirigiu no dia 25 de Setembro, na Praça dos Heróis Moçambicanos, na cidade da Matola, as cerimónias centrais do 61º aniversário do início da Luta Armada de Libertação Nacional e do dia das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) assinalado sob o lema: "FADM: 61 Anos servindo com honra, defendendo com coragem e unindo com patriotismo".

Na ocasião, o Chefe de Estado sublinhou que neste sexagésimo primeiro aniversário, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique celebram sua rica história e reafirmam seu compromisso com a defesa da sobe-

rania e da integridade territorial de Moçambique, guiadas pela honra, coragem, disciplina e patriotismo.

"O sexagésimo primeiro aniversário das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) é celebrado sob um lema, cuja mensagem robustece os valores centrais das FADM, como a honra, a coragem, a disciplina e o patriotismo que, em última instância, representam a base existencial do Estado moçambicano", enalteceu o Pr.

Para o Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, a escolha da praça dos heróis moçambicanos como o palco das festividades visa fortalecer a relação entre o Exército e a sociedade civil. Além disso, a

realização de actividades a portas abertas permitirá que o público conheça melhor o papel e a missão do Exército, promovendo maior compreensão e cooperação entre as partes.

Ao se dirigir ao exército, Daniel Chapo orientou as FADM a cultivarem o espírito de unidade, trabalhando de forma coordenada e integrada para superar os desafios existentes. Essa abordagem permitirá que os diferentes ramos, especialidades e unidades trabalhem juntos de forma eficaz, fortalecendo a capacidade de defesa do país.

"Nas Forças de Defesa e Segurança não queremos ter ramos, sectores e nem especialidades que sobressaem como singularidades, as únicas estre-

las têm de ser as próprias Forças de Defesa e Segurança enquanto entidade única", instou o PR.

O Presidente da República destacou alguns desafios que afectam a defesa nacional, nomeadamente a necessidade de modernização das Forças Armadas com equipamentos e infra-estruturas militares adequadas, a busca por fontes de sustentação financeira para as FADM e a profissionalização das Forças. Para superar esses desafios, o governante comprometeu-se a implementar medidas concretas que visam fortalecer a capacidade de defesa do país.

Na mesma mensagem, Chapo enalteceu o trabalho desempenhado pelo exército no teatro operacional norte e exi-

giu o cumprimento rigoroso das missões atribuídas no âmbito da atribuição de títulos honoríficos.

"Encorajamos-vos a manter-vos firmes e zelosos no cumprimento da nobre missão de protecção da nossa sobera-

nia nacional, que custou e continua a custar muito sangue aos filhos desta pátria", exortou Chapo.

A cerimónia ficou também marcada pela atribuição de 724 condecorações, entre as quais:

as Ordens Samora Machel do Primeiro e terceiro Graus, Amizade e Paz, assim como as Medalhas de Veterano da Luta de Libertação Nacional, Mérito Militar, Polícia, e as distinções nas áreas da agricultura, artes e le-

tras, desporto e trabalho.

Segundo o Presidente, estas distinções representam um gesto simbólico de gratidão do Estado pelo sacrifício e contribuição dos cidadãos para a edificação da Nação.

PR EXIGE QUE AS FADM ENCONTREM FORMAS PARA O FIM DO TERRORISMO

As Forças de Defesa e Segurança são desafiadas a posicionarem-se na linha da frente no combate ao terrorismo, à semelhança dos antigos combatentes que embora beneficiassem de apoio militar internacional na luta contra colonialismo português, estiveram na vanguarda na Luta de Libertação Nacional.

O desafio foi lançado pelo Presidente da República, Daniel Chapo, no seu discurso oficial por ocasião do 61º aniversário do Início da Luta Armada de Libertação de Moçambique e das celebrações do Dia das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, tendo exigido ao sector de Defesa a encontrar estratégias concretas para erradicar os ataques terroristas que destroem o País desde 2017.

"Reiteramos que no combate ao terrorismo quem deve tomar a dianteira somos nós Moçambicanos e não os nossos irmãos de países amigos que nos ajudam, aos quais sempre agradecemos", instou o PR, reforçando a necessidade da inovação constante na concentração de tácticas operacionais e capacidades militares com vista a estancar o fenómeno.

"Reconhecemos a complexidade desta missão, mas sabemos que ao longo destes anos, adquiriram experiência, criaram estruturas e formaram muitos quadros nas academias capazes de enfrentar esses desafios com destreza. Por isso, recomendamos o envio dos melhores quadros para actuarem no Teatro



Sector da Defesa deve encontrar estratégias para erradicar o terrorismo

Operacional Norte", afirmou.

No mesmo discurso, Daniel Chapo enfatizou que a guerra contra o extremismo violento exige a mobilização de militares com as melhores capacidades de resposta contra qualquer acção inimiga.

"O terrorismo não se vence deixando os melhores militares, melhores quadros, familiares ou os filhos dos dirigentes nos gabinetes. Todo o cidadão que faz parte das Forças de Defesa e Segurança deve, obrigatoriamente, participar no combate contra os grupos terroristas", exigiu o PR.

De referir que o Presidente da República, realçou que as tropas locais se têm destacado pela sua actuação no teatro opera-

cional norte, recuperando territórios anteriormente ocupados, permitindo o regresso seguro das populações às zonas de origem e restaurando a autoridade do Estado nas regiões afectadas pelo terrorismo.

Segundo o Chefe de Estado, embora sejam desafios relativamente exigentes, comprovam que as FADM permanecem firmes, adaptáveis e prontas a responderem às necessidades do Estado, como a defesa da soberania, promoção da paz, apoio humanitário ou na luta contra ameaças emergentes.

Importa recordar que a génese das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, remonta da Luta de Libertação Nacional

ancorada nos valores de sacrifício, defesa da soberania, integridade territorial, promoção da Unidade Nacional, Paz, igualdade e justiça social.

Esses elementos emergem como Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), depois evoluem para Forças Armadas de Moçambique (FAM) e mais tarde tornam-se um exército republicano à luz do Acordo Geral de Paz de 1992, passando a ser denominados por Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

Com efeito, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique representam actualmente a evolução natural dos guerreiros pela independência que

poucos anos após a Independência Nacional, iniciaram um processo de transformação para um exército regular, culminando com os primeiros patentesamentos a 25 de Setembro de 1980.

A singularidade do processo de criação das Forças Armadas

de Defesa de Moçambique reside não somente nessa evolução, mas sobretudo, na integração de diferentes valências, experiências, valores e competências, resultando na instituição que se tornou visivelmente robusta, competente e dinâmica.

Evocando o percurso das

Forças Armadas de Defesa de Moçambique, é infalível recordar o legado de Samora Machel, o primeiro Presidente de Moçambique, olhando o seu princípio de que "o Exército é uma escola da Nação", continua a inspirar diferentes gerações de militares moçambicanos.

Doravante, o principal desafio reside essencialmente em "cimentar", gradualmente os feitos dos antigos guerrilheiros para que as Forças Armadas de Defesa de Moçambique resgatem o estatuto de um dos melhores exércitos da região e, quiçá, do continente.

JUVENTUDE DEVE DESENVOLVER MAIOR AUTONOMIA ECONÓMICA



Homenagear antigos guerrilheiros é também enaltecer os feitos dos combatentes actuais

As comemorações do 25 de Setembro, Dia das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), ficaram marcadas por intervenções de figuras políticas que convergiram na valorização da juventude, defesa da soberania e no apelo à maior autonomia económica do país.

O antigo Chefe de Estado, Filipe Nyusi, afirmou que a data não deve ser celebrada apenas como um momento de festa, mas também como uma oportunidade de reflexão e homenagem aos jovens que conquistaram a independência e àqueles que garantem a soberania nacional. "São estes jovens,

homens e mulheres que asseguram a integridade territorial moçambicana", destacou, sublinhando a importância das Forças de Defesa e Segurança, particularmente das destacadas em Cabo Delgado, cuja competência considerou "inquestionável".

Nyusi condenou veemente os actos de vandalismo contra escolas e sistemas de abastecimento de água e energia eléctrica, lembrando que as infraestruturas são conquistas árduas do povo.

"Como vamos desenvolver a economia sem água e sem energia? Se o pouco que já foi conquistado está a ser destruído?",

questionou, apelando à consciência colectiva e ao respeito pelo bem público.

O ex-Presidente lembrou também que os "slogans" nacionais, "Unidade, Paz e Desenvolvimento", devem traduzir-se em compromissos concretos, substituindo a antiga palavra de ordem "a luta continua" pela luta contra a pobreza e o subdesenvolvimento.

Na sua intervenção, a Presidente da Assembleia da República, Margarida Talapa, enfatizou que ao homenagear os combatentes de 1964, é também crucial enaltecer os jovens que actualmente, asseguram a inte-

gridade territorial, com destaque para os que enfrentam o terrorismo em Cabo Delgado. "Aos mesmos incumbe a missão de pugnar pela consolidação da independência nacional e da paz, bem como de edificar as condições para a autonomia económica do nosso país", afirmou.

Talapa saudou as Forças de Defesa e Segurança e o Presidente da República, Daniel Chapo, na qualidade de Comandante-em-Chefe, pelo trabalho incansável em prol da harmonia nacional. Destacou, igualmente, a importância do diálogo inclusivo lançado este mês, que não se restringe aos partidos políticos, mas que abrange toda a sociedade moçambicana. Para a dirigente, a reconciliação da família moçambicana e o desenvolvimento do país são responsabilidades colectivas de todos os cidadãos.

Por seu turno, o Presidente do Município da Província de Maputo, Júlio Parruque, recordou que Moçambique celebra este ano, 50 anos de independência e 61 anos das Forças de Defesa. Sublinhou que o Chefe de Estado determinou a erradicação do terrorismo como prioridade, para garantir paz em todo o território nacional. "Ainda que beneficiemos do apoio de forças estrangeiras, é fundamental que o nosso próprio efectivo, soldados, inteligência e força, contribua de forma estruturante para responder a este desafio", frisou.

DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO GANHA NOVA DINÂMICA COM APOIO DA UNIÃO EUROPEIA



É a primeira vez na história do país que a sociedade civil participa em paridade com os partidos

O presidente da Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo, Edson Macuácuá, garantiu que estão criadas as condições para a auscultação pública em todo o país e na diáspora.

A União Europeia reafirmou o seu apoio ao processo, sublinhando a importância da participação da sociedade civil e o respeito pela soberania nacional.

O processo do diálogo nacional inclusivo em Moçambique entrou numa nova fase com o lançamento da auscultação pelo Presidente Daniel chapo a 10 de Setembro, visando promover um debate aberto profundo e inclusivo em todo o país.

O presidente da Comissão Técnica, Edson Macuácuá, afirmou que o mês de Outubro será dedicado às consultas ao

nível provincial, distrital e junto da diáspora, com o objetivo de garantir que todos os cidadãos tenham espaço para participar.

Macuácuá explicou que os membros da sociedade civil foram integrados na Comissão Técnica e participaram num seminário de três dias desti-

nado para reforçar o espírito de equipa e a familiarização com os instrumentos regulamentares que orientam o processo. "Estão criados e adoptados os



Mês de Outubro será dedicado às consultas no País e na diáspora

termos de referência que irão guiar o trabalho dos grupos em todo o país", assegurou.

O dirigente reiterou que a Comissão Técnica está comprometida em garantir que o diálogo seja efetivamente nacional e inclusivo, respeitando a lei e

criando espaço para a participação de pessoas singulares, organizações da sociedade civil e outras entidades colectivas. "Queremos que os cidadãos se apropriem do diálogo nacional inclusivo como um momento soberano do exercício da cida-

dania, renovação do nosso contrato social em prol da consolidação da paz, coesão nacional, democracia, estabilidade política e inclusão social", sublinhou.

Para isso, os canais de comunicação serão diversificados, incluindo contactos diretos, pla-

taformas electrónicas e formas de participação virtual. Macuácu exortou aos cidadãos a estarem atentos à divulgação da programação que indicará datas e locais das auscultações, para garantir uma participação massiva.

UNIÃO EUROPEIA REAFIRMA APOIO E DESTACA PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL



Trata-se de um processo iniciado e liderado por moçambicanos

Na mesma ocasião, o embaixador da União Europeia em Moçambique, Antonino Maggiore, destacou a importância

da participação da sociedade civil no processo, considerando-a um marco histórico.

"É a primeira vez na his-

tória do país, que a sociedade civil participa em paridade com os partidos num processo político desta envergadura", disse, lembrando que essa presença é essencial para dar legitimidade e equilíbrio ao diálogo.

Segundo Maggiore, o apoio europeu à Comissão Técnica é feito em parceria com organizações da sociedade civil, como a Fundação MASC e o Instituto pela Democracia Multipartidária, o que reforça a dimensão inclusiva da iniciativa.

"Para nós é um ponto fundamental garantir o papel da sociedade civil não apenas no início, mas também na implementação do diálogo nacional", afirmou.

O diplomata frisou que o apoio da União Europeia é consensual entre todos os Estados-membros e respeita plenamente a soberania de Moçambique.

"Trata-se de um processo iniciado e liderado por moçambicanos centrado nas expectativas dos cidadãos. O nosso papel é apenas de apoio, porque acreditamos ser uma

grande oportunidade para enfrentar as reformas necessárias e responder aos desafios do país", destacou.

Maggiore recordou que o compromisso europeu foi confirmado ao mais alto nível durante o encontro entre a presidente da Comissão Europeia, Ursula Vonder Leyen, e o Presidente da República, Daniel Chapo, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque. "O apoio ao diálogo nacional inclusivo e à agenda de reformas foi reafirmado pela presidente da Comissão Europeia, o que demonstra a importância do processo para a parceria entre Moçambique e a União Europeia", sublinhou.

Ao encerrar a sua intervenção, o embaixador reiterou que a União Europeia continuará a acompanhar de perto o trabalho da Comissão Técnica, incentivando todas as partes a manterem o espírito de cooperação e abertura. "Estamos aqui para ouvir e apoiar sempre com respeito pelo processo moçambicano que é dos cidadãos e para os cidadãos", concluiu.



**PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
N.º 780, 1.º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo N.º 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: Mendes J. Mutenda

Coordenador Editorial: Celeste Manganhela: +258 84 948 4695

Chefe de Repartição de Informação: Pedro Chaguala +258 84 772 7717

Revisor: Isaura Joannis: +258 82 372 8988

Redacção: Daniel Athathe, Neide Nhone, Virgínia Chemane e Vasco Mazive

Maquetização e Fotografia: Januário Magaia, Jone Njanje e Pedro Chaguala

GUETA CHAPO PROCLAMADA NOVA PRESIDENTE DA OCM



Gueta Chapo encoraja petizes a denunciarem qualquer acto de violência

A Primeira-Dama da República, Gueta Chapo, foi proclamada esta segunda-feira (29), na Cidade de Maputo, como nova Presidente da Organização dos Continuadores de Moçambique (OCM), substituindo Isaura Nyusi, antiga Primeira-Dama e dirigente do órgão.

Durante a cerimónia, Gueta Chapo reiterou seu compromisso como Governo na protecção dos direitos e igualdade da criança, lançando um forte apelo à sociedade sobre a necessidade urgente da mudança de comportamentos desviantes que coloquem em causa a integridade dos petizes.

"É urgente mudarmos o nosso comportamento. Mães e pais, tratemos todos os filhos com o mesmo grau de afecto,

sejam biológicos ou do nosso cônjuge," apelou a PD.

A Presidente da OCM fez um alerta sobre o comportamento de alguns pais e encarregados de educação que violam sexualmente as filhas e até enteadas, ameaçando-as a permanecerem em silêncio sob risco de serem assassinadas pelos mesmos.

Segundo Gueta Chapo, é uma situação preocupante, pois, as crianças vêem-se obrigadas a abandonar o convívio familiar optando pelas ruas em busca de trabalho para garantir o sustento e o abrigo.

Dirigindo-se às crianças, Gueta Chapo apelou aos petizes para quebrar o silêncio e denunciar imediatamente qualquer forma de abuso ou violência, caso sejam vítimas de agressão, garantindo assim sua

segurança e protecção.

"Falem com familiares, professores, líderes comunitários e denunciem qualquer tipo de violência. O Governo está do vosso lado. Eu, serei vossa amiga e defensora, cuidando de cada uma com amor e dedicação", encorajou Gueta Chapo.

A Esposa do Presidente da República expressou profunda preocupação com a situação de abandono de crianças e a perda de pais, que deixa os petizes expostos a graves riscos de exploração, abuso e negligência, comprometendo seu bem-estar e futuro.

"Quando uma criança perde a mãe ou o pai, a situação é mais agravante. A criança só tem refeição quente quando o pai estiver em casa. Na ausência do pai, a criança não tem direito ao pequeno-almoço, e se tiver,

é refeição do dia anterior e fria. Enquanto os filhos da madrastra têm a melhor refeição e vestuário", lamentou.

No fim do seu discurso, a Presidente da Organização dos Continuadores de Moçambique apelou ao governo central a reforçar a presença de profissionais de saúde mental nas escolas, para garantir que as crianças tenham um espaço seguro de diálogo e partilha das dificuldades que enfrentam em casa, ruas e escolas.

A Organização dos Continuadores de Moçambique (OCM) é uma instituição juvenil dedicada às crianças moçambicanas, com a missão de promover e defender os direitos da criança, cultivar valores de patriotismo, paz, solidariedade, unidade nacional e desenvolvimento.

JORNADAS NACIONAIS DE SAÚDE DESTACAM RESILIÊNCIA DO SISTEMA E INOVAÇÃO CIENTÍFICA



As jornadas constituem uma plataforma estratégica para aproximar ciência e políticas públicas

Maputo vai receber mais de mil especialistas em saúde de 30 de setembro a 3 de outubro, para a 18ª edição das Jornadas Nacionais de Saúde, onde serão apresentados cerca de 700 trabalhos científicos aprovados, sob o lema "Promovendo a resiliência do Sistema Nacional de Saúde com base em evidência científica".

O evento acontece num contexto de grandes desafios sanitários e climáticos, assumindo-se como um espaço estratégico para a produção de conhecimento e definição de políticas públicas.

Durante a conferência de

imprensa, o Director da Divisão de Comunicação e Educação Científica em Saúde, Rufino Gujamo, afirmou que nos últimos anos, o país tem enfrentado múltiplos desafios de saúde pública que exigem um sistema de saúde mais forte e adaptável. É neste quadro que se realizam as Jornadas Nacionais de Saúde, um espaço de reflexão e partilha de conhecimento científico.

"O objetivo principal destas jornadas é promover a partilha e discussão dos resultados de investigação científica, identificar evidências que possam ser colocadas ao serviço da melhoria da saúde e do bem-estar dos moçambicanos. Incentivar

o diálogo entre investigadores, profissionais de saúde, decisores políticos e, por fim, reforçar a colaboração entre instituições de pesquisa", explicou Gujamo.

Segundo o responsável, o evento do presente ano registou mais de mil trabalhos submetidos e cerca de 700 aprovados, abrangendo todas as províncias do país e conta, igualmente, com contributos de investigadores estrangeiros. O crescimento em relação a edições anteriores reflete a importância crescente da ciência na agenda nacional de saúde.

No evento também será atribuído o Prémio Jorge Barreto, para os jovens investigado-

res até 30 anos, que se destacam pela inovação e qualidade da sua pesquisa. Para Gujamo, a distinção é um incentivo ao surgimento de novas gerações de cientistas comprometidos com a saúde pública.

Outro aspeto sublinhado é o formato híbrido do encontro que possibilita a participação presencial de mais de mil pessoas e outras centenas, através de uma plataforma digital. "Participam desde decisores centrais e provinciais: investigadores, docentes, profissionais de saúde, representantes de parceiros de cooperação, estudantes, e jovens em formação que terão a oportunidade de interagir com especialis-

tas nacionais e internacionais", reforçou.

Gujamo acrescentou que as Jornadas constituem uma plataforma estratégica para aproximar a ciência e as políticas públicas. "As evidências

apresentadas vão apoiar novas discussões em várias áreas de prevenção, diagnóstico e tratamento, servindo de base para futuras decisões que reforcem as políticas de saúde em Moçambique", afirmou.

O Director lembrou também que o país tem enfrentado emergências recorrentes, como Covid-19, Mpox e conjuntivite hemorrágica, tal como os fenómenos climáticos extremos com impacto directo na saúde.

de. "Estes desafios mostram a necessidade de os sistemas de saúde estarem mais resilientes e preparados para responder a emergências, transformações epidemiológicas e demográficas em curso", sublinhou.

PREVÊ-SE QUATRO EIXOS TEMÁTICOS E DEBATES ESTRATÉGICOS

A presidente do Comité Científico das Jornadas, Edna Viegas, apresentou os detalhes do programa científico, organizado em quatro grandes eixos: Epidemiologia e Saúde Pública; Ciências Clínicas e Biomédicas; Ciências Sociais e Comportamentais; e Clima e Saúde.

Nos eixos serão debatidos temas como resistência antimicrobiana; malária; HIV e tuberculose; saúde infantil; saúde mental; trauma; violência; vigilância da mortalidade; uso da genómica na prevenção de doenças; inteligência artificial aplicada à saúde e a qualidade de vida em contexto ambiental. "A diversidade das áreas

UTILIDADE PÚBLICA



As plenárias irão abordar questões actuais como resiliência do Serviço Nacional de Saúde

mostra a complexidade dos desafios que enfrentamos e a necessidade de respostas

integradas", afirmou.

O programa inclui sessões plenárias, mesas redondas, simpósios, eventos paralelos e apresentações de pôsteres distribuídos em seis salas simultâneas. Um dos momentos cruciais será a mesa redonda de abertura subordinada ao tema "50 anos construindo o Serviço Nacional de Saúde em Moçambique" para refletir sobre a evolução e os próximos passos da política nacional de saúde.

Entre os convidados internacionais confirmados, destacam-se especialistas do Brasil, Portugal, Espanha e África do Sul que irão enriquecer os debates com experiências globais e regionais. Viegas enfatizou de igual modo, a participação da Universidade de Stellenbosch, que apresentará

inovações no diagnóstico da tuberculose infantil, um dos grandes desafios da saúde pública.

As plenárias também irão abordar questões actuais, como resiliência do Serviço Nacional de Saúde, Saúde Juvenil, com enfoque no impacto das redes sociais, decisões sobre Saúde dos Adolescentes, e também sobre os riscos e oportunidades do uso da inteligência artificial na medicina.

Para Viegas, mais do que um espaço de exposição, as Jornadas pretendem servir como ponte entre investigadores e decisores. "Queremos unir quem produz evidência científica e toma decisões políticas. É dessa ligação que surgirão políticas mais sólidas e sustentáveis", concluiu.



SECTOR DE AGRICULTURA ANUNCIA MEDIDAS PARA RESTAURAR TERRAS ÁRIDAS



O País tem sido duramente atingido pela degradação dos ecossistemas áridos

O Governo através do Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP), apresentou esta segunda-feira, em Maputo, um conjunto de medidas concretas para travar a diversificação e restaurar terras degradadas, numa altura em que o país enfrenta os impactos crescentes das alterações climáticas, particularmente na região sul.

"Esta é a nossa oportunidade de passar do diagnóstico à acção coordenada. Moçambique está empenhado em liderar esta resposta com soluções sustentáveis e basea-

das em evidências", declarou o Secretário de Estado da Terra e Ambiente, Gustavo Sobrinho Djedje, durante a abertura do III Seminário Regional do Programa de Impacto em Paisagens Sustentáveis de Terras Áridas (DSL-IP).

Conforme o referido, o país tem sido duramente atingido pela degradação dos ecossistemas áridos. As províncias de Gaza e Inhambane registam quedas de precipitação entre 20% a 30%, associadas a secas prolongadas, perda de solos férteis e insegurança alimentar. Estima-se que cerca de 2,3 milhões de moçambicanos es-

tejam actualmente expostos a estes riscos.

"A diversificação não é apenas uma questão ambiental. É um problema social, económico e de desenvolvimento nacional", alertou Djedje.

O Secretário de Estado reforçou a importância do ecossistema de Miombo como infraestrutura essencial para a regulação do ciclo da água, o sequestro de carbono e a subsistência de milhares de comunidades.

"Os ecossistemas de Miombo e Mopane representam uma força vital para a África Austral. São uma herança comum que

alberga biodiversidade extraordinária, regula o clima e os recursos hídricos, sustentando a subsistência de mais de 300 milhões de cidadãos", disse, apontando que o desmatamento e a degradação dos solos estão a acelerar a um ritmo alarmante.

Prosseguiu dizendo que, "Desde o ano 2000, o ecossistema de Miombo perdeu cerca de 800 mil quilómetros quadrados, uma área superior à superfície total de Moçambique. Esta não é apenas uma estatística ambiental, é sim uma ameaça directa à prosperidade, saúde e às futuras gerações da região", disse Djedje.

O secretário deu a conhecer que o país lidera o Projecto Miombo Transfronteiriço, apoiado pela FAO e Governo italiano, que se enquadra na implementação da Declaração de Maputo sobre a Gestão Sustentável.

"Esta iniciativa promove a restauração ecológica de um dos biomas mais importantes da região, reforçando a cooperação entre países vizinhos através da solidariedade regional, valorização do conhecimento local e mobilização de

parcerias internacionais "referiu Djedje.

Djedje realçou que Moçambique continuará a investir em modelos de governação ambiental participativa, alinhados ao Protocolo da SADC sobre Florestas.

"Os agricultores, mulheres, jovens e as comunidades depositam em nós a sua confiança. Este encontro é um marco do nosso compromisso com um Moçambique mais resiliente, mais verde e mais justo," concluiu o Secretário de Estado.

A CONSERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTANTÁVEL PODEM CAMINHAR LADO A LADO



Moçambique foi destacado com exemplo regional na gestão da terra

"A conservação e o desenvolvimento podem caminhar lado a lado gerando benefícios tangíveis para as comunidades, e ao mesmo tempo salvaguardarem a biodiversidade" a afirmação é do Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em Moçambique, José Luís Fernández Filgueiras.

Na visão de Filgueiras, as paisagens áridas cobrem milhões de hectares e sustentam a vida de 150 milhões de pessoas. Esses ecossistemas como as florestas de Miombo e Mopane, são considerados tesouros ecológicos, todavia, enfrentam sérias ameaças.

"Sabemos que enfrentam imensas pressões como a des-

florestação, degradação dos solos, perda da biodiversidade e os impactos recorrentes da seca", disse

Moçambique foi destacado como um exemplo regional na gestão sustentável da terra. O representante apontou que o país está situado na encruzilhada entre a África Austral e Oriental, albergando algumas das aéreas de conservação mais emblemáticas da região. Acrescentou algumas iniciativas como o MOZBIO e o Projecto Moçambique-Zimbábue de gestão integrada sustentável da floresta de Miombo, que segundo o representante, demonstram como a conservação e o desenvolvimento sustentável podem caminhar lado a lado.

SADC REFORÇA COMPROMISSO REGIONAL COM GESTÃO SUSTENTÁVEL DE TERRAS

Por sua vez, a Oficial de Programa da SADC para a Agricultura, Alimentação, Florestas e Recursos Naturais, Sibonguile Mavimbela reafirmou seu compromisso com a restauração ecológica e a gestão sustentável dos recursos naturais.

A representante da comunidade de desenvolvimento sul-africana destacou o papel estratégico dos ecossistemas Miombo-Mopane como base socioeconómica e ambiental da região.

"Este ecossistema sustenta a vida de milhões, regula nossos sistemas hídricos e alimentares, representando uma infraestrutura natural que deve ser restaurada e protegida com urgência" afirmou, Sibonguile, ressaltando que com uma acção conjunta dos governos, comunidades, parceiros de desenvolvimento e o sector privado, através de uma visão regional comum pode-se escalar intervenções impactantes e duradouras.



Os ecossistemas de Miombo e Mopane representam uma força vital para a África Austral

AUTORIDADE MIGRATÓRIA EXIGE VISTO APROPRIADO PARA ENTRADA DE ARTISTAS ESTRANGEIROS



O incumprimento destas obrigações resulta na recusa de entrada

Nenhum artista ou grupo cultural estrangeiro poderá actuar em Moçambique sem o visto específico para atividades culturais ou desportivas. A medida, anunciada pelo porta-voz do Serviço Nacional de Migração Provincial da Cidade de Maputo (SENAMI), Felizardo Jamaica.

As autoridades migratórias explicaram que têm sido frequentes os casos de artistas e participantes estrangeiros que tentam entrar no país com base em acordos de isenção de vistos, sem, estarem devidamente credenciados pelas autoridades competentes para desenvolverem as actividades culturais ou desportivas.

"Alguns beneficiam-se de isenções de visto, tendo em conta que Moçambique tem acordo de isenção de visto com

alguns países, para participarem em actividades culturais", alertou, Jamaica.

A Direcção enfatizou que cabe exclusivamente aos promotores e organizadores de eventos garantir a legalidade da presença de artistas estrangeiros em território nacional.

"É responsabilidade directa e intransmissível dos promotores e organizadores de eventos assegurar que todos os estrangeiros, assim como os convidados, tenham visto adequado, o solicitem antecipadamente, possuam documentação migratória válida, e que estejam munidos de credencial oficial emitida pelas autoridades competentes", reiterou o porta-voz.

A obtenção do visto para actividades culturais ou desportivas depende da apresentação de uma credencial emitida pelo Ministério da Educação e Cul-

tura, no caso de eventos culturais. Conforme o referido, o visto pode ser solicitado nas representações consulares moçambicanas no exterior, em postos de travessia habilitados desde que haja justificação válida e documentação de suporte.

"O incumprimento destas obrigações resulta na recusa de entrada. Assim como o cidadão que for encontrado a desenvolver actividades culturais sem credencial e um visto adequado para o efeito, poderá ser interdita a sua entrada em território nacional", frisou o porta-voz.

As autoridades lamentam que falhas dos organizadores, como a falta de visto adequado, acabam prejudicando artistas estrangeiros e afetando a realização de eventos.

"O que está a acontecer é que acabam culpabilizando os serviços de migração pelo fato

dos cidadãos serem recusados", esclareceu, acrescentando ser responsabilidade do promotor de evento a obtenção da credencial e a sua autorização para a realização dos eventos.

A Direcção Provincial de Migração da Cidade de Maputo fez um apelo final aos organizadores para o cumprimento rigoroso das normas vigentes no garante da legalidade, transparência, e na boa reputação de Moçambique como destino de eventos internacionais.

"Se todos os promotores e organizadores de eventos cumprirem com as recomendações, estaremos a garantir a legalidade e transparência nos eventos, evitando penalizações e responsabilidades adicionais, assim como contribuir para uma boa imagem de Moçambique como destino seguro para organização de eventos", concluiu.

No sul do País

MAIS DE 78 MIL RAPARIGAS SERÃO VACINADAS CONTRA VÍRUS DO PALIPOMA HUMANO



A iniciativa visa travar o avanço do cancro do colo do útero no país

Entre 29 de setembro e 3 de outubro de 2025, cerca de 78.402 raparigas com idades entre 12 a 18 anos serão vacinadas contra o Vírus do Papiloma Humano (HPV) numa campanha nacional de imunização liderada pelo Programa Alargado de Vacinação (PAV). A iniciativa visa travar o avanço do cancro do colo do útero no país, uma das principais causas de morte de mulheres em Moçambique.

"Esta campanha é uma oportunidade crucial para proteger milhares de raparigas. A vacina é segura, gratuita e altamente eficaz, e quere-

mos alcançar uma cobertura superior a 97% dentro do grupo-alvo", afirmou, recentemente, o Chefe do Programa de Vacinação da cidade de Maputo, Alberto Chambale, ressaltando que a acção abrangerá também raparigas de 10 a 11 anos que não tenham sido vacinadas anteriormente.

Chambale deu a conhecer que a vacina utilizada será a versão quadrivalente, com eficácia comprovada contra os tipos 16 e 18 do vírus. Segundo afirmou, ao imunizar o grupo-alvo, será possível reduzir em até 95% as infeções causadas por estes tipos do HPV.

A vacinação será, igual-

mente, realizada por brigadas móveis que estarão presentes nas escolas primárias e secundárias, universidades, terminais de transporte e unidades sanitárias.

Dados apresentados pelo Ministério da Saúde indicam que Moçambique registou 5.496 casos de cancro do colo do útero em 2022, resultando em mais de 4.000 mortes. Globalmente, estima-se que 660 mil mulheres são diagnosticadas anualmente com a doença, das quais 350 mil não sobrevivem.

Em Maputo, no primeiro semestre de 2025, foram rastreadas 2.097 mulheres, onde 377 testaram positivo

para o HPV o que representa uma taxa de positividade de 18%.

Por sua vez, Hortêncio Faria, Médico Chefe da Cidade de Maputo, alertou que o diagnóstico tardio continua a ser uma das principais barreiras ao tratamento eficaz, devido à falta de sintomas nos estágios iniciais, escassez de informação e baixa procura pelos serviços de rastreio.

"O cancro do colo do útero é silencioso nas fases iniciais. Muitas mulheres só procuram assistência médica quando os sintomas são graves, o que reduz drasticamente as hipóteses de cura", explicou Faria.



Para abastecer mercado nacional

FRESCOS DO PLANALTO APOSTA EM NOVA MARCA E AMPLIA INVESTIMENTOS

A empresa Frescos do Planalto, sediada em Chimoio, província de Manica, anunciou um ambicioso plano de expansão que promete transformar o sector de processamento de carne e produtos frescos em Moçambique. Durante a sua participação na FACIM, o Director-geral Wilson Nvuthutho evidenciou o lançamento da nova marca "O nosso Usomba", sob a qual a empresa passará a comercializar todos os produtos. A aposta, segundo o responsável, marca o início de uma nova etapa de crescimento com a entrada em funcionamento da nova fábrica no início de setembro, projectada para processar entre 5 e 12 toneladas de produtos por dia.

A unidade industrial que conta com 28 linhas de produção, permitirá à Frescos dos planaltos colocar no mercado carnes bovina, suína, caprina e aves, com valor acrescentado e em condições de competir tanto no mercado nacional como internacional. O projecto prevê o abate de cerca de 100 animais por dia, reforçando a capacidade de resposta às necessidades do consumo interno e assegurando a expansão para todas as províncias como Maputo a Nampula, Pemba a Tete. Para Nvuthutho, o segredo do sucesso está na aposta da qualidade,



A iniciativa inclui um forte engajamento com os produtores locais

preservação adequada dos produtos e no respeito rigoroso pelas normas de higiene, factores que conferem competitividade e confiança aos consumidores.

O dirigente sublinhou que a estratégia da Frescos é oferecer produtos acessíveis, mas com padrões elevados, evitando preços inflacionados e privilegiando a produção nacional face às importações. A aposta no selo de frescura e na rastreabilidade que permite acompanhar o percurso do animal da fazenda ao prato, reforça a transparência e a confiança da empresa junto dos clientes. "Queremos que os moçambi-

canos consumam produtos do nosso país, com qualidade e a preços justos", afirmou.

A iniciativa também inclui um forte engajamento com os produtores locais, incentivando-os a aumentar a criação de animais e a integrar-se na cadeia de valor. Para além da carne, a empresa está, igualmente, a investir na produção de frutas e vegetais, diversificando a oferta e consolidando a posição no setor agroalimentar. Os visitantes que passaram pelo stand da Fresh na FACIM mostraram-se impressionados não apenas com a variedade, mas também com a apresentação

e o custo competitivo dos produtos.

Para o Director, a estreia na feira representa um marco importante na trajetória da empresa que combina experiência técnica, inovação industrial e uma visão de crescimento sustentável. Com a entrada em funcionamento da nova fábrica e o fortalecimento da marca O nosso Usomba, a Frescos do planalto coloca-se numa posição privilegiada para responder à crescente procura interna e projectar-se para os mercados externos, levando o selo "produzido em Moçambique" cada vez mais longe.